

## PROPOSTAS DO PSD PARA O OE2023

### APOIAR AS FAMÍLIAS. DEFENDER AS EMPRESAS.



#### JOVENS

- Taxa máxima de IRS de 15% para os jovens até 35 anos (excluindo o último escalão)



#### REDUZIR A CARGA FISCAL SOBRE OS RENDIMENTOS

- Atualização dos escalões de IRS em 7.4% ao contrário dos 5.1% propostos pelo governo
- Redução da tributação da poupança em IRS reduzindo a taxa liberatória dos atuais 28% para 10% para poupanças até 100 mil euros



#### REFORÇAR O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

- **Atribuição de Médico de Família a todos os Portugueses.**

O PSD propõe dar aos 1,3 milhões de utentes do SNS atualmente sem Médico de Família o acesso a médicos assistentes, esgotando toda a capacidade pública, e recorrendo sempre que necessário e transitoriamente ao sector privado e social. As propostas visam também aumentar a produção assistencial dos centros de saúde e a melhoria dos resultados de saúde da população servida pelo reforço das Unidades de Saúde Familiar de modelo B. Estas medidas contribuirão também para a atração e retenção de profissionais de saúde nos cuidados primários.

- **Diminuição dos tempos de espera para operações, consultas e exames**

O PSD propõe atribuir mais incentivos aos profissionais de saúde para recuperação da atividade assistencial do SNS e dar aos doentes vales para pagamento das cirurgias, consultas ou exames de diagnóstico que lhes tenham sido prescritos e que o sistema público não o garanta em tempo adequado.

- **Aumento do número de camas nos cuidados continuados e paliativos**

O PSD propõe alargar a rede de cuidados continuados com 800 novas camas e garantir um financiamento justo das unidades convencionadas e reforçar a rede de cuidados paliativos com mais recursos humanos, camas e cuidados domiciliários.

- **Aumento do acesso a cuidados de saúde mental pela criação do “cheque psicólogo”**

O PSD propõe reduzir os tempos de espera para consultas na área da psiquiatria e aumentar a oferta de cuidados de saúde mental pela sua disponibilização em todas as regiões do território nacional.

- **Melhoria da saúde das populações, pelo reforço da integração de cuidados de saúde**

O PSD propõe o início do processo de extinção das Administrações Regionais de Saúde e a sua progressiva substituição pela criação de Unidades Locais de Saúde em todo o território nacional, tendo em vista a sua transformação em Sistemas Locais de Saúde como forma de reforço da integração de cuidados de saúde primários e hospitalares, mas também de articulação das entidades com intervenção na área da saúde e do bem-estar.



## MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ACESSO À HABITAÇÃO

- Alargamento das deduções com despesas de habitação em IRS abolindo o limite fixado em 31/12/2011 relativamente a contratos de empréstimos para aquisição habitação própria e arrendamentos
- Reforço do número de camas para os estudantes deslocados através da celebração de um Contrato Plurianual, até ao fim da legislatura, entre o Governo e o setor privado, social, autarquias e IPDJ, colmatando as necessidades de alojamento dos estudantes até à execução total do PNAES
- Permitir às autarquias a redução de IMI na habitação própria permanente para 0,1 % ao contrário dos atuais 0,3% alargando, desta forma o intervalo de IMI para 0,1%/0,45%



## APOIO À FAMÍLIA, À NATALIDADE, À INCLUSÃO E À ECONOMIA SOCIAL

- Aumento das deduções com despesas de educação em IRS para mil euros
- Alargamento da Gratuitidade das creches ao privado, com efeitos retroativos a 1 de setembro de 2022
- Atribuição do direito à Prestação Social de Inclusão a partir do momento em que a mesma seja requerida mediante a apresentação do comprovativo do pedido de atestado multiuso.
- Taxa reduzida de IVA nas empreitadas de construção, conservação, reparação e beneficiação dos prédios propriedade das IPSS
- Isenção de IVA na aquisição de bens alimentares no sector social solidário durante o ano de 2023



## AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

- Redução da taxa de IRC de 21% para 19%
- Alteração do regime do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE), excluindo os fundos de investimento e aumentando as despesas elegíveis na transição energética, ambiental e digital
- Eliminar restrição ao factoring na contratação pública